



REINO UNIDO

Parlamentares britânicos aprovam, em primeira votação, projeto de lei sobre eutanásia para a Inglaterra e o País de Gales. Texto estabelece que os pacientes terminais, com seis meses de expectativa de vida, podem ter acesso à medida

Um passo rumo à morte assistida

» RODRIGO CRAVEIRO

Por 330 votos a favor e 275 contra, o Parlamento do Reino Unido deu um passo histórico ao aprovar um projeto de lei sobre morte assistida para a Inglaterra e o País de Gales. Em meio a um intenso debate ético e religioso, o texto seguirá para análise de um comitê antes de ser reapresentado para aprovação pelas duas casas do Parlamento. De acordo com o projeto de lei, o suicídio assistido será permitido aos pacientes em fase terminal e com apenas seis meses de expectativa de vida. Para terem acesso ao procedimento, eles precisarão ser capazes de expressar uma escolha clara e contar com a autorização de dois médicos e de um juiz.

Sarah Wooton, chefe-executiva da ONG britânica *Dignity of Dying* ("Dignidade de Morrer", pela tradução livre), celebrou o "passo histórico em direção a uma maior escolha e proteção de pessoas moribundas". "O Parlamento escutou pacientes terminais e está refletindo sobre seus pontos de vista, pelo menos. Muitos sentirão um alívio e uma gratidão ante o fato de que nosso país se aproximou, mais do que nunca, de uma lei mais segura e compassiva", declarou ao *Correio*, por e-mail. "A parlamentar Kim Leadbeater tem sido uma incrível defensora da escolha do fim da vida. Ela liderou o debate com respeito, compaixão e integridade, e continuará a dedicar uma enorme quantidade de tempo e de cuidado a esse projeto de lei", acrescentou, ao citar a autora do texto.

Oposição

Morador de Durham (nordeste da Inglaterra), Kevin Yuill — CEO da ONG *Humanists against Assisted Suicide and Euthanasia* ("Humanistas contra o Suicídio

Benjamin Cremel/AFP



Defensores da eutanásia fazem manifestação em frente ao Palácio de Westminster, sede do Parlamento, em Londres: choro, abraços e alívio

Assistido e a Eutanásia) — disse à reportagem que está "muito triste com a mudança na lei". "Ainda temos uma chance de pará-la. Acho que o governo pressionou os novos parlamentares a votarem a favor", comentou.

Para Yuill, a medida aprovada nada mais é do que suicídio. "Com a nova lei, ficaremos obrigados a 'empurrar o homem de cima da ponte', como diz um provérbio. Se ela for adiante, com certeza expandirá as categoria de pessoas elegíveis à medida. Se a morte é uma cura para o sofrimento, por que não o sofrimento?", questionou.

Em seu pronunciamento no Parlamento, Leadbeater defendeu o projeto de lei ao mencionar a história de Norman, um homem que sofria de câncer de próstata havia 15 anos. "Quando a doença se espalhou e a dor se tornou insuportável (...) ele foi para seu jardim e deu um tiro na cabeça", contou. Para a deputada, o seu projeto de lei busca dar "escolha, autonomia e dignidade" a adultos com doenças terminais. "A lei atual não é clara e não protege os pacientes, as famílias e a equipe de saúde, fazendo com que as pessoas tomem ações desesperadas."

Ontem, enquanto o texto era debatido no Palácio de Westminster, uma pesquisa

publicada pelo instituto YouGov mostrou que 75% dos cidadãos da Inglaterra e do País de Gales concordam com a mudança na lei. Em um dos momentos mais tensos da sessão no Parlamento, a jornalista Esther Rantzen, que sofre de câncer em estágio terminal e fez campanha em defesa da morte assistida, clamou aos deputados que aprovassem o texto. "Se não for aprovado, provavelmente não voltarei ao Parlamento por mais dez anos", ameaçou.

Segundo a agência France-Presse, opositores do novo projeto de lei "admitiram profunda preocupação" com a possibilidade de que algumas pessoas se sintam

no "dever de morrer", a fim de aliviarem o fardo para familiares e cuidadores. Outros críticos recomendaram um melhor financiamento para os cuidados paliativos, antes de permitir a morte assistida. Como a maior parte dos 650 parlamentares não tornaram públicas suas intenções de voto, o resultado final em uma votação pelas duas casas é uma incógnita.

O governo do primeiro-ministro trabalhista Keir Starmer aconselhou os seus integrantes a adotarem uma posição de neutralidade. O próprio premiê não revelou o voto, mas, em 2015, avalizou o primeiro projeto de lei sobre a morte assistida, ainda na condição de deputado. O ministro da Saúde, Wes Streeting, manteve silêncio após a votação, inclusive, nas redes sociais, mas avisou que votaria contra por se preocupar com o ônus financeiro adicional para o Serviço Nacional de Saúde (NHS), que atravessa uma crise.

Conhecido como "Doutor Morte", o médico australiano Philip Nitschke, diretor da Exit International (ONG em defesa da eutanásia), classificou a aprovação do projeto de lei como "uma coisa boa". "A passagem do texto não era certa, mas ela foi aprovada com um bom número de votos e tornará as coisas mais fáceis para idosos em estado terminal no Reino Unido. Existem muitas condições, mas será muito difícil para as pessoas cumpri-las", afirmou ao *Correio*, por meio do WhatsApp.

Para Nitschke, a nova lei — quando aprovada integralmente no Parlamento britânico — encorajará as pessoas a pôr fim à própria vida. "As pessoas seriamente doentes receberão ajuda (para morrer). Isso significa que condições muito estritas precisam ser cumpridas, antes da morte assistida. Então, as pessoas não conseguirão fazer isso facilmente, mesmo que acreditem ser uma boa ideia", disse.

SÍRIA

Jihadistas invadem Aleppo

À 1h37 de hoje (19h37 de ontem em Brasília), Fared Al Mahlool, repórter freelance e sobrevivente da guerra civil na Síria, comemorou na rede social X: "Aleppo está livre!". Cerca de meia hora depois, escreveu que esta "é uma vitória histórica". Metade de Aleppo, a segunda maior cidade da Síria, com 2 milhões de habitantes, caiu nas mãos de forças jihadistas e milícias aliadas. O

avanço ocorreu depois de uma ofensiva relâmpago contras as forças do regime de Bashar Al-Assad, apoiado pelo Irã e pela Rússia. Elas também capturaram a cidade estratégica de Saraqib, no noroeste da Síria, informou o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH).

A tomada de Saraqib, na província de Idlib, é importante para os jihadistas e aliados, pois os ajudará a "impedir

o regime de avançar para Aleppo". A incursão provocou os combates mais violentos desde 2020 no noroeste do país, com um balanço provisório de 277 mortos, informou o OSDH, cuja sede fica no Reino Unido, mas que possui uma ampla rede de contatos no país árabe. Duas testemunhas confirmaram à agência France-Presse que viram homens armados e cenas de pânico na cidade.

Aaref Watad/AFP



Combatentes queimam foto de Bashar Al-Assad durante avanço no norte do país

Conexão diplomática



por Silvío Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Um triângulo bem pouco amoroso

A virada do ano se aproxima com um impasse no horizonte imediato da fronteira norte, e o Brasil na posição delicada de vértice para o qual convergem expectativas conflitantes. Dentro de 40 dias, Nicolás Maduro toma posse para mais um mandato de seis anos à frente da Venezuela. O governo brasileiro optou, como os de vários vizinhos sul-americanos, por não reconhecer o resultado oficial anunciado da eleição de julho, e contestado pela oposição — que proclamou vencedor Edmundo González, com apoio dos EUA e de países europeus.

É o caso também da Argentina de Javier Milei, outro dos vértices de um triângulo nada afetuosos que paira como sombra nos preparativos do Planaito e do Itamaraty para as festas de fim de ano. Desde os protestos e prisões que se seguiram à votação, um grupo de opositores buscou refúgio na embaixada argentina em Caracas. Os dois países romperam relações, e

o Brasil assumiu a custódia da representação diplomática. Nas últimas semanas, a tensão é crescente na área, e os aliados de González alertam para o risco de um ataque das forças de segurança ou de milicianos chavistas para levar presos os refugiados.

Inviolável?

Ainda neste ano, não muito longe, um incidente colocou em xeque o princípio da imunidade diplomática, consagrado nas Convenções de Viena. Forças de segurança do Equador invadiram a embaixada mexicana, em abril, para capturar o ex-vice-presidente Jorge Glas, refugiado e asilado. O então presidente Andrés Manuel López Obrador denunciou a violação de território e rompeu relações.

Pivô involuntário

O Brasil assumiu a representação

da Argentina na capital venezuelana em agosto, quando o governo de Caracas rompeu relações com Buenos Aires e expulsou os diplomatas acreditados — medida que teve recíproca. No mês seguinte, em resposta à posição brasileira sobre a eleição presidencial, a chancelaria venezuelana revogou a permissão para que o Brasil cuidasse dos interesses argentinos. Na ocasião, o Itamaraty invocou as Convenções de Viena e sustentou a decisão de seguir na função até que Caracas aceitasse uma substituição.

Pela perspectiva da diplomacia brasileira, a missão em Caracas resume as encruzilhadas colocadas diante do projeto de integração regional. De um lado, amplia a frente de atritos com Maduro, aliado potencial que o presidente Lula procurou "resgatar" para o convívio sul-americano nos primeiros meses de mandato. De outro, estende uma ponte na direção de Milei, desafeto

público de Lula, na forma de um gesto funcional e amistoso.

Até 10 de janeiro, porém, a situação em Caracas promete novos desafios, com desfecho imprevisível. Afinal, Edmundo González planeja retornar ao país a tempo de tomar posse como novo presidente, com respaldo internacional. O governo brasileiro será chamado a se colocar diante do impasse, uma re-filmagem da situação vivida seis anos antes, quando a oposição proclamou presidente interino o deputado Juan Guaidó. Na ocasião, a manobra teve o apoio de Jair Bolsonaro.

Jogo embolado

O fim do atual mandato de Maduro antecede em 10 dias o retorno de Donald Trump à Casa Branca, com implicações possíveis — e até prováveis — em uma eventual crise aberta na Venezuela. Não bastasse o cerco imposto no primeiro mandato ao regime bolivariano e aos aliados mais à esquerda, como Cuba e Venezuela, o bilionário republicano volta ao governo com um notório anticomunista à frente da

diplomacia norte-americana.

O futuro secretário de Estado, Marco Rubio, nascido em uma família de exilados cubanos, fez nome como senador pela Flórida defendendo sanções e linha dura contra os regimes de Havana e Caracas. Exilados cubanos e venezuelanos, bem como seus descendentes, formam a coluna dorsal do apoio sólido a ele e a Trump no estado. Desde a eleição de 2016, a Flórida deixou a categoria de 'swing state' para se firmar como porto seguro do Partido Republicano.

Reforço a caminho

Em meio às incógnitas abertas para a política externa, Lula teve notícia favorável no segundo turno da eleição presidencial no Uruguai. Após o mandato do direitaista Luis Lacalle Pou, a esquerdista Frente Ampla volta ao governo com Yamandú Orsi, pupilo político do ex-presidente José Mujica, amigo e aliado do petista. Com ele ao lado, o governo brasileiro empata o jogo no Mercosul, que tem a direita no comando de Argentina e Paraguai.